

ARTIGO

Depois das CPIs, um Brasil Melhor?



Uma súmula desta sessão legislativa, que vai de agosto a dezembro, em nível federal, nos põe frente a inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito para apuração de uma série de denúncias de corrupção política e partidária. Esse espetáculo, tão inusitado, de CPIs dentro de nossas casas, nos dá uma dimensão de um Brasil diferente. Melhor! Melhor?

Notem o jeito propositado com que foi escrita a expressão: um ponto de exclamação, um ponto de interrogação. E nos parece, sim, que por aí se dá o trânsito da questão. Um ponto de exclamação é um referencial de um brado, de um grito. De alegria? Ou, quem sabe, de surpresa? A desenvoltura das CPIs, nesse “rescaldo”, nos põe sob “um grito de alerta”. De tristeza? De dor? De raiva? Como, então, o exclamado se efetiva em nossas mentes? Já, depois, aparece um outro jeito: o ponto de interrogação. Equivale a propor “um melhor” sob questão. Sob reflexão. Sob inquirição. Esse jeito interrogante nos põe a pensar.

Um Brasil passado a limpo, é esse o discurso ideológico, portanto justificador. Mas há, no emaranhado de indícios surgidos nas CPIs, um verdadeiro descaso com o valor probante de vários meios de provas circulantes entre CPIs. E fixam-se argumentos, de ordem tais, que desmerecem seus graus de credibilidade. Sabe-se, no mundo jurídico, que a lei dá aos documentos públicos e

privados a força probante que firma a presunção de verdade. Firma essa convicção. E mais, se públicos os documentos, essa presunção de verdade vale contra todos os demais.

Pode-se falar de um Brasil melhor (!?) quando autoridades constituídas desencorajam, violam, contestam, sonegam e prostituem provas que, em Direito, é o meio mais forte de tornar certa, de demonstrar a realidade dos fatos? Evidente que não! Um outro ponto de análise: a transparência da informação documental.

Uma CPI deve transitar por uma contra-razão-de-Estado que se alicerça na publicidade. Essa convicção se firma na idéia de uma razão-de-Estado que defende a reserva da informação. A lógica pública, quando democrática, oferece a transparência do poder, não a reserva da informação pelo poder, embora o poder público queira, e goste, da opacidade por razão-de-Estado.

Da democracia como regra se deduz o direito de procurar, de receber e de difundir a informação documental que, para as CPIs, fazem a prova dos fatos. As Comissões têm o direito de serem informadas e o

dever de informar. As informações existem nos documentos e possuem valor probante. E são notícia, isto é, o novo, a novidade. A mídia tem feito seu papel, o poder público, não.

Os teóricos do princípio da publicização, e dentre eles Norberto Bobbio, firmam a convicção de que, na democracia, a publicidade é regra e o segredo é a exceção. É evidente, e o é desde N. Machiavelli, que o Estado, através do público poder, tende a ser invisível a si mesmo, e, em consequência, à sociedade civil. Isto é muito do agrado da minoria dominante brasileira, pelo receio simples do exercício livre e crítico de suas condutas políticas.

Um Brasil diferente, por ser melhor (!?), que submete as autoridades públicas e partidárias a uma forçada gestão democrática transparente de informações. Então, que democracia estamos comentando? O jornalista Greg Palast, dos Estados Unidos, em seu livro *A melhor democracia que o dinheiro pode comprar*, afirma que não temos mais uma democracia real. No Brasil, estamos praticando “a democracia do dinheiro”. Num país melhor, a melhor democracia vem das urnas e se faz pela soberania popular. Vivemos, hoje, um

Brasil Melhor! Melhor?

“Um Brasil passado a limpo, esse o discurso ideológico, justificador”

JOÉL ABILIO PINTO DOS SANTOS

Professor de História da UFSM, Mestre em Integração Latino-Americana e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais

CD DICA CULTURAL



Jorge para siempre

Quem ouviu? **Rejane Miranda(*)** CD: **Jorge Drexler** Disco: **Eco**
Gravadora: **Sondor (Uruguai)** www.jorgedrexler.com

Conheci o trabalho de Jorge Drexler antes da música "Al otro lado del Río, do filme "Diários de Motocicleta" ter sido indicado para o Oscar de melhor canção. Foi no ano passado, quando entrevistei o músico Paulinho Moska e ouvi "Dos colores: blanco y negro", interpretada pelos dois no disco "Tudo Novo de Novo", de Moska.

Quando ouvi o Disco Eco, lançado neste ano, fiquei ainda mais encantada e emocionada com o trabalho deste uruguaio, que exerceu a Medicina por três anos e depois resolveu se dedicar totalmente à música. Ele é um intérprete de voz atraente e melodiosa e autor de melodias e letras sensíveis, engajadas, bonitas. Enfim, Eco foi o melhor disco que ouvi em 2005.

É o sétimo álbum de Drexler, que tem uma relação íntima com a música brasileira. Já foi gravado por Maria Rita, Simone, trabalha com o percussionista Marcos Suzano e abre o encarte do recente CD com versos de Chico Buarque.

“Milonga Del Moro Judío”, faixa 6, é um exemplo do vigor de suas letras: “Por cada muro um lamento, em Jerusalém la adorada, y mil vidas malgastadas por cada mandamineto...”. Ouça e se emocione com Jorge Drexler!

(*Jornalista e Funcionária da Rádio Universidade de Santa Maria)